

LEITURA: QUESTÕES,
INCONGRUÊNCIAS E TABUS

Cristina Casadei PIETRARÓIA *

crispi@usp.br

Rita JOVER-FALEIROS *

rjoverfaleiros@gmail.com

*Professora da FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) e autora dos livros *Percursos de leitura* e *Questões de leitura* (São Paulo, Ed. Annablume, 1997 e 2001 respectivamente)

*Rita Jover-Faleiros é doutoranda do Programa de Língua e Literatura Francesa da FFLCH-USP e autora da dissertação de mestrado *A experiência da leitura*

LEITURA: QUESTÕES, INCONGRUÊNCIAS E TABUS

E mesmo que, nos últimos tempos, à força de estar em meio aos livros ficara com a cabeça meio nas nuvens, cada vez menos interessado pelo mundo ao redor, agora, a leitura da Enciclopédia, certos belíssimos verbetes como Abeille, Arbre, Bois, Jardin faziam-no redescobrir todas as coisas em torno como novas.

Ítalo Calvino
(O barão nas árvores)

A Revista Horizontes de Linguística Aplicada traz, neste número, um dossiê que reúne artigos de professores e pesquisadores, do Brasil e do exterior, sobre a importante e essencial questão da leitura – tanto em língua materna quanto em língua estrangeira –, uma vez que “saber ler” não é apenas uma das quatro competências comumente estabelecidas para o ensino de um idioma, mas é uma exigência de nossas sociedades letradas e um meio de acesso a novos conhecimentos.

Como afirma José Morais (1994, p. 12), “A leitura é um assunto público. Ela é um meio de tomada de informação (e a escrita um meio de transmissão de informação), portanto um componente do ato social”¹. Segundo esse autor, a leitura, antes do século XIX, antes da revolução industrial, dizia respeito a uma minoria, tanto no que se refere à leitura de romances, quanto à das escrituras divinas ou de textos diretamente ligados às instituições e às profissões. Hoje, reconhece-se a todos o direito de saber ler, escrever e contar.

Ao focalizar o tema da leitura, com a publicação de artigos que apresentam diferentes abordagens sobre ele, este número traz à tona várias questões, incongruências e verdadeiros tabus. São assim discutidos e analisados o texto literário, as instruções oficiais, o ensino instrumental de línguas, a tradução no ensino da leitura, os conceitos de leitura produtiva e de leitor-competente, a leitura na formação do professor e o modo como o professor lida com os conceitos teóricos da leitura.

O texto de abertura, de autoria de Monique Lebrun, não poupa os leitores ao lhes pedir um “engajamento convicto” sobre a presença do texto literário na sala de aula de língua estrangeira. Embora parta desse campo, a autora vai além ao postular a necessidade do texto literário em toda e qualquer aula de leitura, seja em língua materna, segunda ou estrangeira. Tal posicionamento pode parecer evidente se lembrarmos que o Québec luta para manter viva a língua francesa em um contexto totalmente anglofônico, mas – e isso é o que chama a atenção nesse artigo – Lebrun fala da literatura como possibilidades: de tratamento da complexidade, de experiência estética, de tolerância à ambiguidade, finalmente, de abertura para si e para o outro. Depois de analisar os diferentes gêneros textuais (poesia, teatro e narrativa) e suas potencialidades didáticas, a autora elege o mo-

delo da “pedagogia da resposta” na realização de um trabalho produtivo de leitura do texto literário e aponta as dificuldades de alunos e professores em reconhecer a literatura como cultura.

Texto literário, literatura e cultura também são os temas do artigo de Ana Graça Canan e João Gomes da Silva Neto que, ao buscar identificar o lugar do texto literário nos documentos oficiais para o ensino da língua inglesa no Brasil (a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio e os PCN+), observaram a existência de recomendações para o ensino da cultura e do intercultural, mas sem incluir nesses dois conceitos a literatura.

Ora, segundo Jêrôme Bruner, em seu livro *Cultura e formas de pensamento: o espírito humano em suas obras* (1986, p.7), a cultura é um fenômeno simbólico, produzido pelo homem, que legitima a realidade de certos produtos do espírito em detrimento de outros e, o mais importante a nosso ver, ela é construída:

A cultura é construída. (...) E embora seja transmitida de geração em geração, ela deve ser, a cada vez, reatualizada e relegitimada pela nova geração. O que dá a uma cultura sua continuidade “intergeracional” são as obras que ela cria e que transmite de uma geração à próxima: sua ciência, suas artes, suas leis, seus dispositivos institucionais, sua mitologia.

Na enumeração de Bruner, cabem, perfeitamente, as obras literárias, que constituem o grande depósito de referências, modelos e vivências de cada sociedade. Mas seu valor está muito além dessa característica: para Regina Zilberman (1999, p. 41), a obra de ficção aparece como o modelo por excelência da leitura.

Sendo uma imagem simbólica do mundo que se deseja conhecer, ela nunca se dá de maneira fechada e completa. Pelo contrário, sua estrutura, marcada pelos vazios e pelo inacabamento das situações e das figuras propostas, reclama a intervenção de um leitor, o qual preenche estas lacunas, dando vida ao mundo formulado pelo escritor. À tarefa de decifração implanta-se outra: a de preenchimento, executada particularmente por cada leitor, imiscuindo suas vivências e imaginação.

Separar a literatura da cultura e privar o aluno do contato com os textos literários são, portanto, duas das muitas incongruências que marcam o ensino da leitura, principalmente em língua estrangeira. Apontando mais uma delas também nesse campo, o artigo “Francês Instrumental ou ensino da leitura em FLE?” nos mostra a limitação que a nomenclatura “instrumental” traz para a didática das línguas estrangeiras. Tal termo, criado nos anos 70 do século XX, buscava dar conta de um novo objetivo didático em relação ao ensino das línguas, que era o do ensino da compreensão escrita, sem abordar as demais competências. No entanto, a terminologia empregada acabou por traduzir um caráter bastante pragmático dos cursos que denomina, e esse aspecto que é questionado no artigo, um artigo que ousa ao propor o fim da nomenclatura “instrumental” e adoção da expressão “ensino da leitura em língua estrangeira”.

Limitações, incongruências, ousadias. O artigo de Regina Márcia Faria da Silva e Mark Ridd propõe mais do que isso ao se dedicar a um verdadeiro tabu: o do

uso consciente da tradução na prática da leitura. Efetivamente, se examinarmos a bibliografia existente sobre cursos de leitura em língua estrangeira, encontraremos, com certeza, tópicos como *skimming*, *skanning*, roteiro de leitura, uso do dicionário, falsos cognatos. No entanto, nada é dito sobre a tradução. Ao contrário, como bem sabem aqueles que trabalham nos cursos ditos "instrumentais", a tradução é algo a ser evitado, sobretudo – como tanto afirmam seus detratores – pelo prejuízo que traz aos hábitos de leitura do aprendiz, incapaz, a partir do recurso à tradução, de se servir de outras estratégias.

O artigo "Tradução consciente: chave mediadora da leitura em língua estrangeira" nos mostra, no entanto, o quanto a tradução pode melhorar o desempenho do leitor, pois, ao exigir dele um comportamento metacognitivo, de resolução de problemas, ela reduz a incidência de interferência e melhora suas performances tanto na compreensão geral de textos quanto na aprendizagem da outra língua e na habilidade de traduzir.

Ao abordar a prática da tradução, o texto mencionado acaba por evocar a velha – e falsa – querela entre as estratégias semasiológicas (ou ascendentes) e onomasiológicas (ou descendentes) de leitura. Representando dois modelos de leitura opostos, essas estratégias eram vistas como antagônicas até os anos 80. Efetivamente, as primeiras pesquisas feitas no campo da leitura em língua estrangeira demonstraram que seu leitor, ao contrário de um locutor nativo, tinha dificuldades em utilizar as informações contextuais disponíveis, além de apoiar-se sobremaneira na informação visual propriamente dita, ou seja, no código linguístico. A solução encontrada foi levar esse leitor a melhor utilizar as estratégias descendentes de leitura (fazer uso do contexto, dos índices não-textuais, antecipar, formular e verificar suas hipóteses, etc.), partindo sempre da "abordagem global" de um texto e apoiando-se em seus conhecimentos prévios. É dessa fase o banimento da tradução do ensino da leitura em língua estrangeira e a vigência do lema "ler não é decodificar". Efetivamente, ler não é apenas decodificar, mas nenhuma leitura produtiva e proficiente pode se privar de uma decodificação correta. As pesquisas cognitivas sobre leitura, realizadas nos anos 90, trouxeram respostas concretas a essa polêmica e, diante da famosa pergunta sobre a leitura "Ensinar a decodificar ou ensinar a utilizar o contexto?", mostraram que era fundamental "ensinar a decodificar e a utilizar o contexto", uma vez que o leitor hábil é que aquele que, em função de seus objetivos, sabe escolher a melhor estratégia para alcançá-los. Hoje, impera o que se passou a chamar de "modelo interativo", "interacionista" ou "misto", a saber, o modelo de leitura que considera a leitura como o resultado da interação entre um leitor e um texto, integrando não apenas as duas estratégias já mencionadas (ascendentes e descendentes), mas considerando também as estratégias metacognitivas, ou seja, de controle e resolução dos problemas de compreensão.

Dando continuidade à questão da tradução e tratando, agora, do tradutor como leitor, Luciano Amaral Oliveira, discute a leitura feita pelos pós-estruturalistas sobre alguns conceitos básicos, tabus e incongruências, nos estudos da tradução, como equivalência, invisibilidade, fidelidade, texto original e signifi-

cado literal. Ao argumentar, por exemplo, que "equivalência" não é "igualdade", Oliveira abre a possibilidade de utilização do termo, bastante consolidado nos livros de tradução, sem tratá-lo como um problema ao mostrar a pluralidade de interpretações que a expressão pode suscitar. Ao debruçar-se sobre a questão do "original", partindo das reflexões de Umberto Eco, Oliveira lança luz sobre os limites da interpretação e de como a leitura é mediada pelo texto e suas marcas espaço-temporais. A tensão texto/leitor constitui um dos temas centrais abordados pelo autor, questão essa primordial para se pensar o processo da leitura e construção de sentido. Mais importante do que assumir o partido do texto ou do leitor, vale é pensar a relação dialógica que aí se configura.

Texto e contexto. Esse é o tema do artigo de Robson Coelho Tinoco que propõe estratégias para que o professor possa desenvolver, em sala de aula, atividades que levem a uma leitura mais produtiva e conscientizadora de textos literários. Em geral, ao avaliar os textos produzidos pelos alunos, os docentes o fazem de modo parcial e atendo-se mais a sua estrutura e gramaticalidade do que à sua relação com o leitor, ou seja, não lançam mão do conceito de coerência textual, elemento articulador de todo e qualquer texto, fator essencial para a "construção de um mundo textual compreensível". Na verdade, o autor nos mostra que falta aos atores envolvidos com a leitura a conscientização de que esta é produto e processo ao mesmo tempo, e que uma leitura crítica e produtiva inclui "compreender a mensagem, compreender-se nela e se compreender por ela". Para tanto, é apresentada uma "Proposta de Leituras Produtivas" que tem por objetivo conscientizar o leitor e, por meio dessa conscientização, promover o desenvolvimento de sua capacidade de refletir, questionar e descobrir.

É também referente à conscientização da leitura que se dedica o texto de Solange Aranha e Carla Ferreira. Nele as autoras relatam a experiência desenvolvida com professores de várias disciplinas do ensino fundamental e médio da rede pública no contexto do Programa de Formação Continuada "Teia do Saber". Neste programa, o objetivo é levar o professor a utilizar o conceito de letramento com seus alunos. Segundo Magda Soares (1998), o letramento (em inglês *literacy*) diferencia-se da alfabetização funcional por designar práticas de leitura e escrita, e por compreender tanto a apropriação das técnicas para a alfabetização quanto o convívio e o hábito sociais de utilização da leitura e da escrita. É saber ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do leitor.

Para poder "letrar" o aluno em uma dada disciplina, o professor deve, por sua vez, estar sensibilizado às diferentes operações e estratégias que estão em jogo no ato da leitura. E foi sobre elas que o projeto acima mencionado atuou, levando os docentes a compreender, entre outros aspectos, a importância do conhecimento prévio, da situação de enunciação, do caráter dinâmico da leitura, e utilizando muitas vezes para isso a leitura em língua estrangeira.

Mas qual o grau de conscientização de um professor sobre a leitura? Maria do Socorro Paz e Albuquerque discorre sobre esse assunto a partir da noção de transposição didática. Analisando o Programa Parâmetros em Ação (1999), a pesquisadora buscou compreender a didatização do conceito de leitor competente

dos PCN - Língua Portuguesa realizada pelos professores formadores e cursistas participantes.

Considerando que a didatização compreende a mobilização de diversos saberes - experienciais e teóricos - Maria do Socorro Paz e Albuquerque mostra que foram os saberes teóricos os mais empregados pelos docentes, mas com simplificações e de modo desigual ao longo do Programa. Apesar de os PCN-LP adotarem uma perspectiva de leitura fundamentada nas abordagens interacionista e do letramento, os docentes tendem a reduzir essa complexa perspectiva à noção de que ler não é decodificar, noção esta já discutida nesta introdução e que manifesta, na verdade, a necessidade ainda existente de um debate amplo sobre a leitura.

E é contribuindo para que este debate se amplie e se instale em diferentes áreas e níveis de ensino que sugerimos a leitura dos artigos constantes desse dossiê da revista Horizontes de Linguística Aplicada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SOARES, Magda Becker. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1998.
- BRUNER, Jérôme. *Culture et modes de pensée: l'esprit humain dans ses oeuvres*. Paris: Retz, 1986.
- MORAIS José. *L'Art de lire*. Paris: Ed. Odile Jacob, 1994.
- ZILBERMAN, Regina. Sociedade e democratização da leitura. In: Valdir Barzotto (org). *Estado de leitura*. Campinas: ALB e Mercado de Letras, 1999.